

“O Brasil está acabando.” “De Gaulle tinha razão.” “Precisamos de um Fujimori.” Os comentários, obviamente equivocados, estão na boca de um povo cansado e desiludido. Trata-se do rescaldo de mais um incêndio de imoralidade protagonizado por empreiteiros, governadores, ministros e, sobretudo, parlamentares.

Observa-se uma surpreendente contradição: um vibrante anseio de modernidade e decência, por um lado, e, por outro, diferente e separado, o universo político, cheio de anacronismos e de freqüentes manifestações de banditismo. Registra-se uma crescente e perigosa dissociação entre representantes e representados. A Praça dos Três Poderes, em Brasília, vai ganhando contornos de gueto surrealista.

“Deus me ajudou e ganhei dinheiro”, afirmou o lotérico deputado João Alves na CPI, ao explicar o crescimento de sua fortuna. O País assistiu, pasmo, a mais um capitú-



A Praça dos Três Poderes vai ganhando contornos de gueto surrealista

lo do show de cinismo que tem marcado a cena política brasileira. O espetáculo, sem dúvida deprimente, não justifica o questionamento das instituições democráticas. E o Congresso é a medula da democracia.

Na verdade, o Brasil não está acabando. Está começando. O panorama, por mais paradoxal que possa parecer, é alentador. O tradicional jeitinho brasileiro, responsável pela cultura do acobertamento e dos panos

quentes, está sendo substituído pelo exercício da cidadania responsável. Trata-se de um processo doloroso, mas necessário.

A imprensa brasileira, ao lançar os tumores da corrupção, cumpre um dever ético intransferível. Os meios de comunicação social, salienta Paul Johnson num dos seus mandamentos para a imprensa de qualidade, “devem mostrar disposição para liderar”. A mídia, num país dominado pelo corporativismo e por esquemas cartoriais, assume

significativa cota de responsabilidade. Ela representa, freqüentemente, a última instância de uma sociedade deserdada por muitas de suas autoridades. A imprensa é encarada como a única cunha capaz de romper a malha de cumplicidade que tem transformado alguns processos judiciais num jogo de faz-de-conta. Por isso, cabe à mídia a coragem da denúncia e a perseverança na corbraça de responsabilidades.

O Brasil vai descobrindo que não bastam passeatas e boas intenções. É preciso mudar a forma de ser da sociedade. O País só romperá as amarras do atraso e o estigma da corrupção se for capaz de superar a ética da omissão. Como lembrou o psicanalista Jurandir Freire Costa, “existe um elo indissolúvel entre o político que lesa o Erário, o cidadão que ultrapassa o sinal vermelho e o assaltante que mata: todos deixaram de levar em conta a lei”. O *quebra-galho*, festejado como manifestação de criatividade, oculta a sua face anti-social.

Não se constrói um país na base do *jogo de cintura*. O futuro depende de esforços pessoais que se somam e começam a mudar pequenas coisas. É preciso trabalhar com seriedade. É preciso fazer o que é cor-

reto, e não o que pega bem. Mudar os rumos exige, sobretudo, a coragem de assumir mudanças pessoais.

Muitos dos que condenam a situação nacional querem que as coisas mudem pela ação dos outros. Padecemos de um conformismo crônico. A batalha da liberdade travasse no âmago da sociedade civil: exigindo a apuração dos delitos e a punição dos culpados, elegendo com consciência os representantes públicos (o voto é o melhor dos aspiradores de entulho), exigindo uma legislação que respeite a dignidade do ser humano, pressionando legitimamente as autoridades.

O Brasil não está acabando. Está melhorando. A opinião pública espera que a imprensa prossiga no seu ânimo investigativo. O País, graças à varredura dos meios de comunicação social, pode superar o cinismo dos “homens de sorte” e recuperar o trabalho honrado dos homens de bem. Eles existem.

■ Carlos Alberto Di Franco, chefe do Departamento de Jornalismo e professor titular de Ética Jornalística na Cáspér Líbero, é representante da Faculdade de Ciências da Informação da Universidade de Navarra no Brasil